

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL - MESTRADO PROFISSIONAL

Josimara da Silva Pinheiro

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PELA VIA DO
TERCEIRO SETOR E A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA**

Santa Maria, RS.
2021

Josimara da Silva Pinheiro

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PELA VIA DO TERCEIRO
SETOR E A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA**

Produto Final de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Curso de Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão de Educação Básica do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Elisiane Machado Lunardi

Santa Maria, RS.
2021

Conforme prevê o Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Educação Básica e Superior (PPC/MPPPGE/UFSM, 2015) ao término da dissertação espera-se que o estudante possa desenvolver práticas interventivas, por meio da ação-reflexão-ação, com conhecimento, criticidade e comprometimento, buscando a inovação e a valorização de sua experiência profissional. Com isso espera-se que o estudante gere conhecimento a ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais da educação nos diferentes contextos de gestão educacional e escolar onde estão inseridos. Assim, a partir das discussões e reflexões ao longo das disciplinas do Mestrado Profissional e da pesquisa desenvolvida para dissertação intitulada: “Formação Continuada de Professores pela Via do Terceiro Setor e a Atuação da Assessoria Pedagógica”.

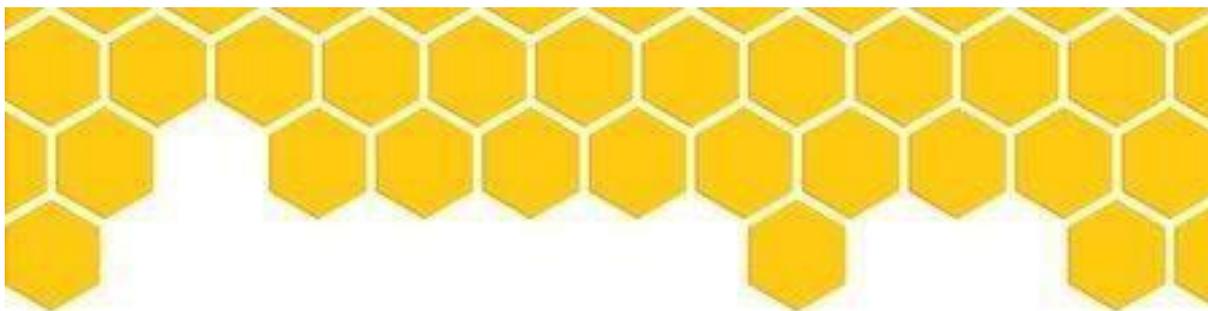
Nesse contexto, para inserir a aplicabilidade do produto proposto pela pesquisa, fica instituído como “Caderno de Orientação Pedagógica do PUFV” sendo um espaço pedagógico constituído como guia informativo direcionado ao atendimento à assessoria pedagógica do PUFV, da qual a finalidade é constar neste instrumento, informações pertinentes à assessoria de desenvolvimento do cooperativismo, com ideias, indicações de pesquisas para atualizar-se e atender à demanda de novos profissionais inseridos no contexto, como a implementação nos cursos de formação continuada e/ou, a capacitação dos mesmos.

O intuito deste “Caderno de Orientação Pedagógica do PUFV”, é de entender o processo das práticas significativas e contextualizadas, bem como, o conhecimento das atividades realizadas pelo PUFV e alicerçadas pelas políticas públicas pela via do terceiro setor, de modo que, tal ferramenta, servirá para contribuir no desenvolvimento dos atendimentos nas escolas, com o conhecimento pedagógico educativo.

PROGRAMA
UNIÃO FAZ A VIDA



**CADERNO DE
ORIENTAÇÃO
PEDAGÓGICA DO PUFV**



CADERNO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DO PUFV

Autores:

Josimara da Silva Pinheiro

Elisiane Machado Lunardi

Edição

Josias da Silva Pinheiro

Thiago da Silva Pinheiro

Fonte de Pesquisa

Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do

Sistema de Crédito Cooperativo – Fundação Sicredi

RS – 2021

CADERNO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA DO PUFV

APRESENTAÇÃO

Prezados, Assessores de Desenvolvimento de Cooperativismo!

Este caderno é fruto de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional PPPG/USFM, realizada junto aos assessores pedagógicos do PUFV, bem como os gestores escolares da Educação Básica, ambos do estado do RS. O objetivo deste caderno visa contribuir com o trabalho de assessoria pedagógica de desenvolvimento de cooperativismo e estabelecer um planejamento de atendimento do PUFV nas instituições escolares.

Através do PUFV disponibilizaremos esse **“Caderno de Orientação Pedagógica do PUFV”** como material didático. A atuação da assessoria de desenvolvimento do cooperativismo é pautada pelos princípios do PUFV – na cidadania e cooperação, respeito à diversidade, da aprendizagem significativa, voltada ao ensino de práticas sociais e culturais, estimulando o protagonismo e relações colaborativas, com base na formação integral dos alunos, numa perspectiva de gestão democrática.

Constitui-se em uma ferramenta de orientação específica para o assessor pedagógico, na qual, serão apresentadas informações relacionadas ao contexto de atuação deste profissional. Também, corrobora com a possibilidade de promover relações de comunicação em um processo construtivo e informativo com informações específicas para atuação da assessoria pedagógica do PUFV junto às escolas parceiras.

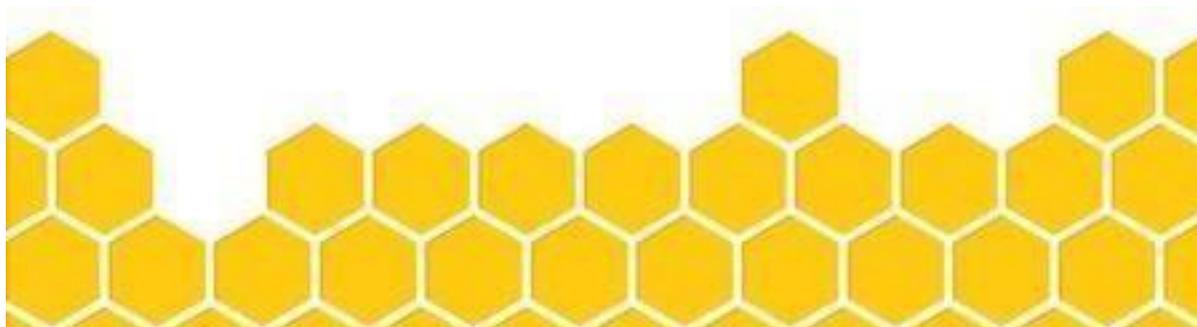
Para tanto, o PUFV reafirma o compromisso com a sociedade civil, no âmbito da educação, investindo em programas e projetos desenvolvidos em cooperação junto aos municípios e, claro, com o esforço conjunto de todos, os que nele fazem parte, para desenvolver projetos de ensino inovadores no âmbito do desenvolvimento da cooperação e cidadania.

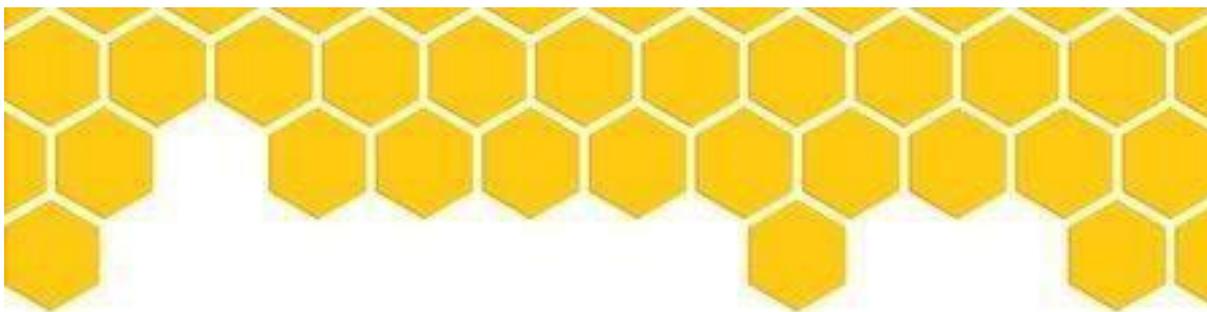
Assim, queremos convidá-lo a ingressar nessa proposta para contribuir com o fortalecimento dos vínculos comunitários para a formação de cidadãos cooperativos e uma educação de impacto no desenvolvimento social na nossa sociedade.



SUMÁRIO

CAPA	
APRESENTAÇÃO	
1 - TRAJETÓRIA DO PUFV PELA VIA DO TERCEIRO SETOR	4
2 - TERCEIRO SETOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.....	8
3 - ASSESSORIA DO PUFV NO DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVISMO	11
3.1 - Assessoria do PUFV: na implantação do Programa.....	12
3.2 - Proposta metodológica do PUFV: na instituição escolar	13
3.3 - Assessoria do PUFV na instituição escolar	17
3.4 - Assessoria do PUFV no trabalho docente.....	18
4 - ASSESSORIA DO PUFV: NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA	20
4.1 - Formação continuada pela assessoria do PUFV: na instituição escolar.....	22
4.2 - Gestão democrática na educação	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27





1 - TRAJETÓRIAS DO PUFV PELA VIA DO TERCEIRO SETOR

Nas últimas décadas, no cenário de modernidade e globalização, a sociedade passou por mudanças inevitáveis com interferência no campo social e econômico, passando a afetar a vida dos cidadãos no contexto educacional. Diante dessa situação, os especialistas da área acreditam que para obter uma educação de qualidade é fundamental que os profissionais aprimorem seus conhecimentos constantemente e estejam dispostos a aceitar a inovação. Para tal, precisamos vincular essas mudanças e fazer ajustes para atender às exigências que acontecem no âmbito da educação, por conta da era globalizada.

A partir da década de 1990, no Brasil, são constituídos pelos setores governamentais e não governamentais (parte de iniciativas privadas ou parcerias), propostas para atender a população e por meio de projetos sociais, têm recebido atenção em programas voltados à assistência à educação. Este trabalho é um planejamento de ação estratégica proposta por meio das políticas de complementação social, onde passou a atuar em diversos setores, incluindo a área educacional, a organização de secretarias previamente estabelecidas e assim, intervenções no sistema educativo. Pelo fato de [...] fortalecimento da sociedade civil, mediante o envolvimento espontâneo das pessoas em atividades cívicas e coletivas as mais diversificadas, (CARDOSO apud NEVES, 2005, p. 308). Desse modo, a sociedade civil está se constituindo em fase crescente em vários âmbitos, através da participação nas instituições em diversas atividades, tendo como destaque a área da educação.

Com a pretensão de expandir o cooperativismo e a natureza das sociedades cooperativas para garantir a sobrevivência dos seus empreendimentos, pressupondo que a entidade financeira segurasse no contexto “o princípio cooperativo é essencial para o negócio.” A Cooperativa Sicredi¹ foi constituída através da Lei nº 5.764/1971, na qual define a Política Nacional de Cooperativismo, que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e outras providências, tornando-se o braço social e cultural, é uma corporação privada, com emancipação jurídica e financeira em estado de expansão e desenvolvimento ao longo dos anos.

Com base na constituição de atribuição do Sicredi em 1992, fica entendido que o foco determinante de atendimento seria para uma educação cooperativa com a intenção na

¹ O SICREDI é uma instituição financeira cooperativa e uma de suas entidades é a Fundação SICREDI. Mais dados e informações consultar o endereço eletrônico. Site: <http://www.sicredi.com.br/>.

formação de cidadãos empreendedores. A ideia inicial do Programa a União Faz a Vida – PUFV, em 27 de janeiro de 1994, junto ao Conselho de Administração da Cooperativa Central de Créditos do RS, passa a ser reconhecida pelo Ministério da Justiça do Brasil como uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O PUFV é oficialmente consolidado em 1995, pelo entendimento dos gestores da importância da promoção da educação pelo viés cooperativista. Neste ínterim, o programa passou por várias reestruturações, para validar uma identidade estrutural e metodológica com expansão em âmbito nacional.

Em 2008, foi publicada a Coleção de Educação Cooperativa, neste material, reuniu um conjunto de princípios pedagógicos, com planejamento estrutural em âmbito nacional, na qual a sua existência pautada no objetivo principal de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, através de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional (SICREDI, 2008), por meio, da metodologia aplicada em uma proposta pedagógica de Projetos de Trabalho. Assim, em 2011, começou a desenvolver essa tendência pedagógica do programa, incorporando na Educação Básica, com contribuições teóricas em suas práticas pedagógicas, passando a ser reconhecida pelo Ministério da Justiça do Brasil, como uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Desde então, a Fundação mantém a essência do cooperativismo através de ações ligadas à educação e cultura, pelos princípios do PUFV de Cooperação e Cidadania na sociedade brasileira no Quadro 1.

Quadro 1: Princípios do PUFV

PRINCÍPIOS DO PUFV	
Princípio de Cooperação	A educação cooperativa age de forma a educar os jovens para que eles aprendam, no ambiente escolar, a desenvolver projetos e iniciativas capazes de transformar a sociedade e atender aos desejos e anseios das comunidades. A cooperação só existe por meio de ações coordenadas entre grupos de pessoas que tenham um objetivo comum.
Princípio de Cidadania	Ter a total capacidade de colocar esses direitos e deveres em prática é o principal significado de cidadania. Uma sociedade democrática, na qual todos têm voz, é o lugar onde a cidadania se manifesta. Para o PUFV, a cidadania só existe, de fato, quando os seguintes valores éticos estão presentes. <ul style="list-style-type: none"> • Igualdade e equidade; • Respeito à diversidade; • Liberdade e participação na vida pública.

Fonte: Elaboração própria (2020) com dados do site <<https://auniaofazavida.com.br/o-programa/principios.html>>.

Nesse contexto, os princípios de cooperação e cidadania são apoiados em uma prática estabelecida pela parceria, envolvendo as corporações de cada município, onde cada um assume papéis e/ou funções com responsabilidades distintas. Nessa proposta, há uma Rede de Cooperação, na qual, envolve diversos apoiadores para dinamizar o trabalho educativo, com abrangência a comunidade de aprendizagem² sendo estes, os gestores, parceiros, assessorias pedagógicas e apoiadores, com objetivo comum em desenvolver a educação cooperativa.

A partir de 2018, foi instituído um Comitê da Fundação, para o desenvolvimento dos programas sociais e o PUFV como influenciador social e cultural, envolvendo os componentes da comunidade de aprendizagem de forma participativa à comunidade escolar, incorporando valores de cooperação e cidadania associada às práticas educativas, alicerçadas ao plano pedagógico da instituição de ensino distinta. Para Cunha (2009, p. 66), “[...] As demandas desses movimentos no campo da educação fizeram avançar em muito a ampliação das oportunidades de acesso à escola”.

Nesse sentido, a educação cooperativa implica em ações conscientes e coordenadas entre os sujeitos associados, com a finalidade de atingir o bem comum. No âmbito educacional se faz necessário fortalecer a convivência das crianças e adolescentes, envolvendo-as numa rotina pedagógica, estimulando a cooperação, o diálogo e a solidariedade, especialmente, em uma comunidade envolvida na formação coletiva e democrática, no contexto educacional.

Assim, o PUFV atua em diversas etapas da Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), em vários estados do Brasil, estabelecendo parcerias com instituições educativas nas zonas rurais e urbanas em diversos municípios. Segundo Bueno (2019), diante da política pública de implantação do PUFV nas instituições, o que torna uma exigência para a livre iniciativa de municípios, comunidades ou cooperativas do Scredí, ainda, que a aceitação e expansão do PUFV se devem ao desenvolvimento interno da rede de cooperativas formadas e constituída pela Cooperativa de Crédito Scredí, cuja abrangência na área onde está constituída a rede cooperativa em expansão, na Figura 1.

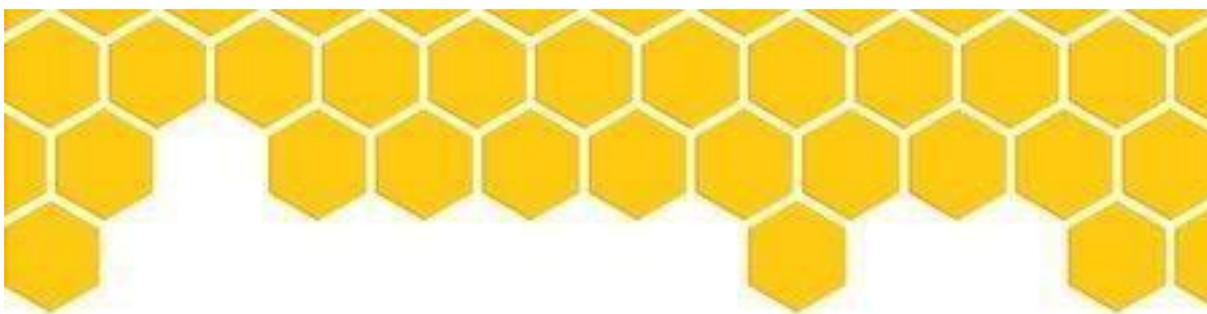
² Comunidade de aprendizagem uma proposta de transformação social e cultural que envolve alunos, professores, pais e demais cidadãos locais na construção de um projeto educativo e cultural próprio, para educar as si, suas crianças, seus jovens e adultos, José Pacheco (2014).

Figura 1: Cartografia das Unidades do PUFV nos Estados do Brasil



Fonte: Site do PUFV em <https://www.auniaofazavida.com.br/onde-estamos.html> (2020).

Após, anos de trajetória o PUFV, está percorrendo em expansão entre diversos estados e municípios, desenvolvendo um trabalho na perspectiva de uma educação cooperativa nas instituições escolares, envolvendo educadores, crianças, adolescentes e comunidade escolar, numa parceria que traz para dentro do ambiente educativo a comunidade do município na qual, conta com o apoio de sua rede de cooperadores e tem como objetivo integrar os cidadãos em busca da autonomia na vivência em sociedade.



2 - TERCEIRO SETOR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

Neste cenário, a definição sobre as políticas públicas pressupõe a relação constituída em uma série de responsabilidades dos órgãos de governo, por meio das quais, afetam direta ou indiretamente as influências governamentais na vida das pessoas, Percebem-se mudanças nas medidas assumidas pelo Estado, como estratégia para superar o desequilíbrio enfrentado pela crise financeira, na qual está a educação.

No cenário educacional, as diversas políticas públicas têm sido implementadas pelo setor governamental, de modo a atingir os parâmetros e metas propostas pela Constituição Federal e os interesses dos diversos setores políticos, sociais e econômicos que envolvem as ações governamentais. Nesse sentido, cabe ao estado e à sociedade civil organizada esclarecer novas propostas e mudanças, sendo que essas não são mais do interesse da sociedade.

Nas últimas décadas, especialmente no Brasil, a análise das políticas públicas de educação tem revelado fragilidades no cumprimento de suas atribuições, principalmente na área educacional e social. Com essa situação, o país passa por muitas mudanças no contexto das políticas públicas de educação e sociais e, no preceito do neoliberalismo, ainda que mantenha a gestão, o planejamento e a implementação das políticas educacionais na rede pública, também atribui reformas e responsabilidades.

Diante dessa situação, com base nos princípios neoliberais, novas propostas e modelos têm surgido na organização, que se manifestam em mudanças e impulsionam o capitalismo, passando a fortalecer a produção de novos conhecimentos tecnológicos e métodos de informação, com novos padrões e desempenho pode satisfazer os interesses do mercado em vários setores. Nesse caso, compromissos com a agenda de políticas públicas têm sido estabelecidos em diversas secretarias que determinam os caminhos e propósitos delas. (OLIVEIRA, 2014; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). Novos cenários sociais, políticos e econômicos, associados a agentes internacionais, revelam que as políticas educacionais não podem ser entendidas e analisadas de maneira isolada, visto que, elas têm envolvimento com diversos setores e sujeitos. (BALL; MAINARDES, 2011; AMARAL, 2010).

Nos anos de 1990, com o desenvolvimento da globalização, inúmeras mudanças ocorreram no campo do trabalho e das relações sociais. No campo educacional, foi aprovada

em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394). Segundo Kuenzer (1999, p. 10),

[...] pelo seu caráter geral, possibilitou um conjunto de reformas que foi se processando de forma isolada, mas que correspondia a um bem elaborado plano de governo, que, articulando os projetos para as áreas econômicas, administrativa, previdenciária e fiscal, foi dando forma ao novo modelo de Estado.

A vista disso, as medidas tomadas pelo governo brasileiro relacionado à Educação Básica constitui um conjunto de políticas que visam posicionar o país em situação semelhante à de outros países, para que o setor educacional possa estar na caminhada em ascensão, assim, o governo elaborou medidas complementares na política pública voltada para a educação e planeja cumprir as metas estabelecidas pelas instituições educacionais multilaterais globais.

Durante décadas, vivemos num período de fragilidade na área da educação, diante da ineficiência no atendimento às necessidades sociais, como resultado passa a transferir suas responsabilidades para outros setores assumir seu papel no contexto social. E assim, abre as portas para a influência da iniciativa privada e da implantação e execução de políticas educacionais através de políticas públicas.

Com essa situação, as políticas públicas voltada para o neoliberalismo, através da privatização (mercado) para o terceiro setor (sem fins lucrativos) para ajudar o Estado a realizar as políticas sociais a serem adotadas para a sociedade, (PERONI, 2006), ou seja, é a “[...] experimentação de novos modelos de pensar e agir sobre a realidade social”. (CARDOSO, 2000, p. 12), para atender às necessidades básicas dos cidadãos brasileiros, assume as responsabilidades dos órgãos governamentais perante a sociedade.

Através da Lei nº 9.790 intenciona consolidar o terceiro setor, que tem se mostrado uma “[...] orientação estratégica em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País”. Além disso, sua outra finalidade distinta, a qualificação das instituições do terceiro setor por princípios acessíveis a parceria entre as OSCIPs e o Estado, através do Termo de Parceria, dando abertura ao novo projeto de empresa.

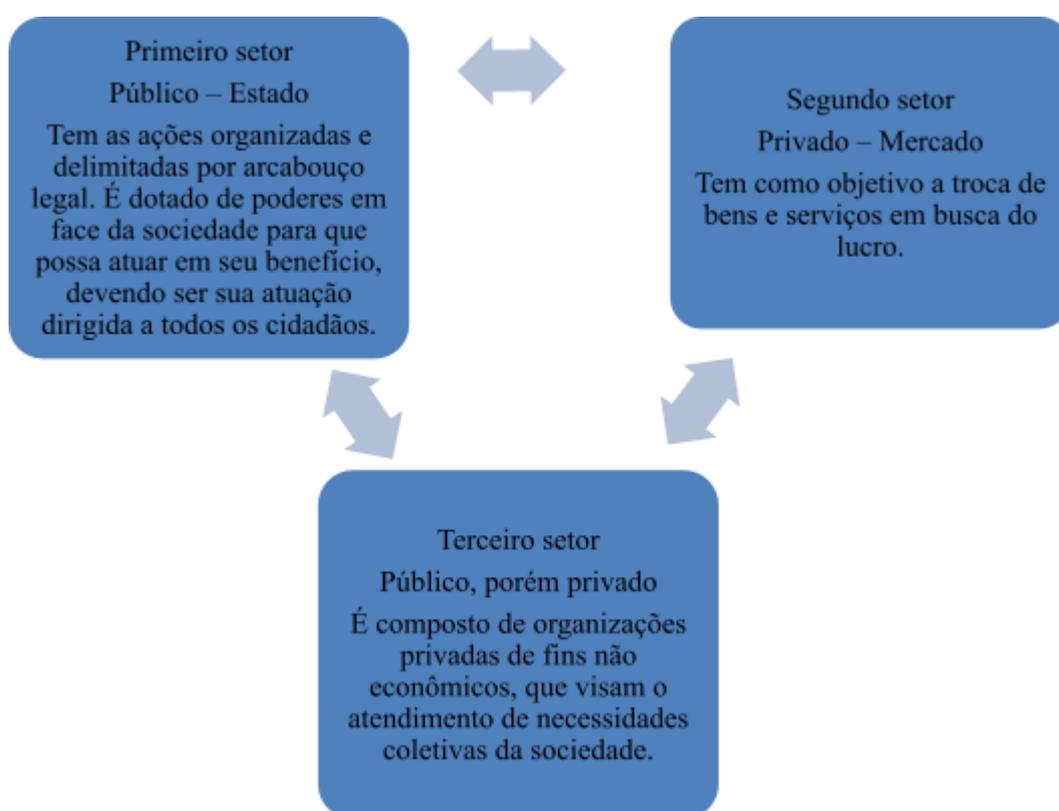
Segundo Peroni (2010, p. 25) “estas organizações podem surgir como agentes de transformação social, com uma intervenção importante ao nível local, nacional e global”. De fato, essas instituições são consideradas relacionadas com a sobrevivência da esfera pública, porque são mais sensíveis às questões populacionais e têm um melhor entendimento para resolver esses problemas, podendo promover diversas iniciativas que beneficiam indivíduos e comunidades.

Pelo Decreto nº 3.100 foi regulamentada a Lei 9.970/99, com o propósito de consolidar o terceiro setor que aponta como uma “[...] orientação estratégica em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País” (FERRAREZI, 2006, p. 80). Devido à demasia de procedimentos legais para organizações da sociedade civil

e setores estatais, a Lei 9.790/99 foi promulgada no Registro do Conselho de Assistência Social para implementar o acordo previsto, para essa finalidade.

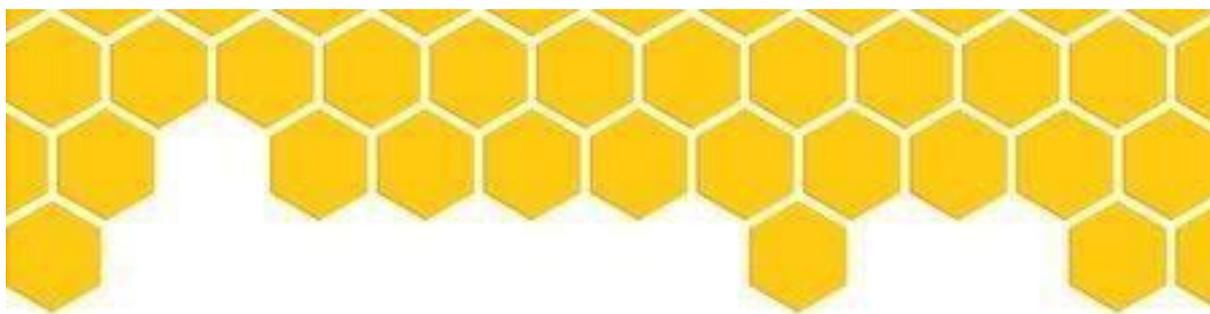
Nesse contexto, o terceiro setor tem as características de dois setores (o primeiro e segundo) é divulgado por meios jurídicos estruturados e o objetivo é utilizar a educação e a ação social no âmbito das categorias jurídicas privadas e autônomas para apoiar o país, no parâmetro da categoria jurídica privada e independente do Estado, se diferencia do segundo setor, e sem fins lucrativos, mas, é considerado um setor “privado, porém público”, (FERNANDES, 2002, p. 13), na Figura 2.

Figura 2: Demonstrativo da interação entre os três setores



Fonte: Elaboração própria.

Este setor se diferencia do segundo setor, por não ter a finalidade lucrativa, contudo, é considerado um setor “privado, porém público”, (FERNANDES, 2002, p. 13), contendo as características dos dois setores. As organizações do terceiro setor, não têm obrigação de prestar serviços à sociedade, mas para suprir as demandas que resultam da sociedade, não atendidas pelos órgãos governamentais, se vêem na “responsabilidade” de ajudar o Estado. Nesse contexto, o Programa do PUFV está inserido nas políticas públicas da educação, na qual desenvolve atendimento nas instituições escolares públicas em vários estados brasileiros.



3 - ASSESSORIA DO PUFV NO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO

O principal objetivo do acompanhamento e o assessoramento de metodologias de ensino é dar suporte aos professores e alunos em questões relacionadas ao processo de ensino. O trabalho de assessoria pedagógica para com as escolas públicas do estado do RS é desenvolvido pelo assessor de desenvolvimento do cooperativismo que realizou o curso de formação, promovido pela Fundação para atuação no desenvolvimento profissional da proposta do PUFV. Para que o trabalho de assessoria seja, de modo, associado e unificado nas instituições escolares atendidas pelo PUFV, está alicerçada na base metodológica adotada pelo programa para a constituição da identidade do PUFV que propõe o presente Caderno de Orientação Pedagógica do PUFV.

O caderno informativo da assessoria de desenvolvimento do cooperativismo do PUFV é organizado nas dimensões de ensino, currículo e gestão pedagógica. Na dimensão Ensino, a equipe pedagógica tem por tarefas prestar assessoria ao trabalho docente, através da metodologia do PUFV, planejamento e organização de encontros de formação continuada, adota a integração escola-família-comunidade. No Quadro 2 destacam-se algumas atribuições que competem à assessoria pedagógica do PUFV na instituição escolar, que muitas vezes, através do currículo oculto, foge do contexto para atender as necessidades peculiares de cada instituição de ensino.

Quadro 2: Atribuições da assessoria pedagógica do PUFV na instituição escolar

Atribuições da Assessoria Pedagógica	
Articular	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e divulgar em parceria as atividades dos projetos e programas de formação continuada para professores e coordenadores da instituição escolar. - Proporcionar acompanhamento pedagógico nas instituições escolares, bem como nos aspectos relacionados ao desenvolvimento das instituições de ensino. - Promover junto à comunidade escolar, ações pedagógicas com referência às propostas desenvolvidas pelos alunos e professores.
Formador	<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar e implementar os projetos pedagógicos da instituição escolar relacionados à proposta curricular. - Oferecer uma formação continuada para os professores, com assuntos atuais e relevantes pertinente a necessidades de cada instituição e permita uma reflexão sobre as práticas pedagógicas dos gestores, coordenadores e professores.

Mediador	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar, conjuntamente com os coordenadores pedagógicos, a articulação vertical e horizontal dos conteúdos, por meio de projetos interdisciplinares e sequências didáticas. - Conferências dos projetos didáticos pedagógicos. - Estabelecer uma comunicação com a Coordenação Pedagógica, de forma ética e transparente para auxiliar os professores na metodologia proposta. - Promover e articular atividades com as demais áreas de conhecimento.
Transformador	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar meios para os diferentes desafios relacionados ao processo de ensino dos professores diante das suas práticas educativas. - Estimular questionamentos que ajudem o professor a ser reflexivo e crítico em sua prática para fomentar a criatividade e a inovação no processo educativo. - Incentivar o uso dos recursos tecnológicos, dando suporte e apoio aos coordenadores pedagógicos e professores.

Fonte: Elaboração própria (2020), adaptado por Andrade et al. (2017).

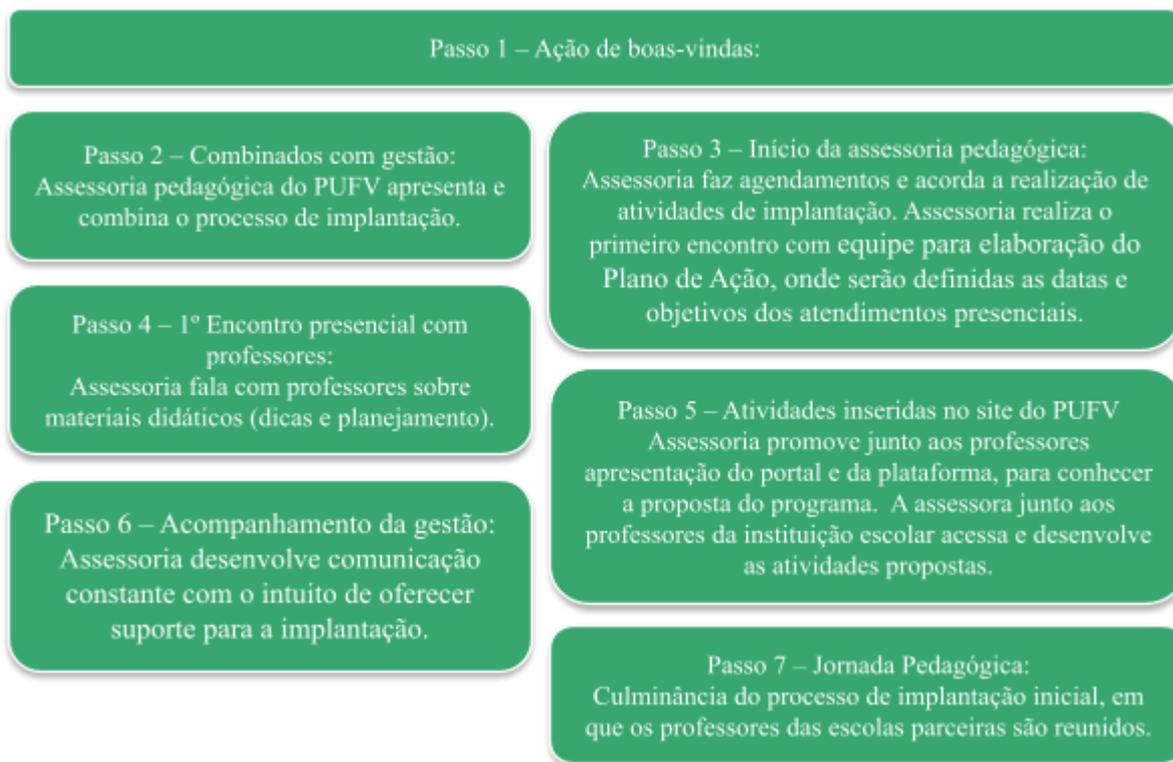
Em face ao planejamento realizado pela assessoria e coordenação pedagógica, é oportuno o diálogo para desenvolver a sua atuação na instituição escolar, refletindo as ações educativas, tanto individuais como coletivas. Com esse intuito, a assessoria pedagógica desempenha a articulação e integração na instituição escolar, apoiando a coordenação pedagógica e promovendo um trabalho conjunto de formação continuada de professores.

Nesse caso, tanto no âmbito da implementação das políticas de ensino, como no processo de formação de professores, as instituições têm procurado profissional que possam esclarecer o processo de ensino (TARDIF, 2003). Nesta perspectiva, o objetivo da assessoria pedagógica do PUFV é na formação continuada de professores, venha possibilitar um espaço para reflexão sobre as práticas educativas, oportunizar a discussão de questões educacionais que surgem nas rotinas cotidianas e possam ser compartilhadas pelos professores, com trocas experiências, mediando com a coordenação pedagógica da escola e integrando todos os sujeitos envolvidos, que muitas vezes, não têm a oportunidade para dialogar e refletir sobre suas práticas de ensino.

3.1 - Assessoria do PUFV: na implantação do Programa

Entende-se que a implantação do PUFV, é um processo contínuo ao trabalho de assessoria pedagógica, uma vez que, durante o ano letivo, a escola vai vivenciar a metodologia da proposta pelo programa. Sendo assim, contará com o suporte da assessoria do PUFV e um conjunto de ações a desenvolver no contexto de atendimento, na Figura 3.

Figura 3: Implantação da Assessoria de desenvolvimento do cooperativismo nas escolas



Fonte: Elaboração própria.

NOTA: A sequência dos passos, bem como o meio e formato de realização, podem ser alterados para atender a realidade de cada escola. Nosso processo de implantação é igual para todas as escolas, mas estamos sensíveis à necessidade de cada escola.

3.2 - Proposta metodológica do PUFV: na instituição escolar

É na metodologia que delinea o trabalho docente e apresenta a trajetória metodológica do PUFV, que pode direcionar as práticas docentes em diferentes ambientes educacionais, por meio do currículo como fonte de interesse e investigações, projetos de trabalho, currículo como fonte de conhecimento e mobilização de comunidades de aprendizagem. Além de uma compreensão abrangente dos princípios da metodologia do PUFV na instituição escolar atuante.

O PUFV incentiva a integração das atividades cooperativas ao ambiente educacional, através da metodologia de ensino por projetos educativos e cooperativos, podem favorecer a autonomia do educando, despertando a curiosidade, estimulando tomadas de decisões individuais e coletivas, advindos das atividades essenciais da prática social e em contextos do estudante.

A pesquisa foi estabelecida pela análise da proposta metodológica do PUFV e das implicações que dela resultam na formação do cidadão, pautadas no objetivo principal adotada pelo programa que visa [...] construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e

cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional (SICREDI, 2008, p. 7).

Com base nos princípios do PUFV, de “cidadania e cooperação” e atuação da assessoria pedagógica nas instituições escolares, no desenvolvimento metodológico para a realização dos projetos educativos no cotidiano educativo, “[...] todas as coisas podem ser ensinadas por meio de projetos, basta que se tenha uma dúvida inicial e que se comece a pesquisar e buscar evidências sobre o assunto” (HERNÁNDEZ, 2014). Sendo assim, os recursos aplicados a um processo investigativo proporcionam através da pesquisa uma reflexão contínua do pesquisador, a ampliação de seus horizontes teóricos e intervenção em suas realidades através das rotinas educativas.

Nessa direção, a intervenção da assessoria pedagógica, não isenta ou substitui as ações pedagógicas coordenadas das escolas públicas do estado do RS, mas fornece subsídios para o desenvolvimento da prática reflexiva e contínua no processo de formação, podendo inserir o planejamento pedagógico no processo de ensino. Para Gutierrez e Prieto, (1994, p. 45) “[...] a assessoria pedagógica não consiste em transmitir certezas, mas em partilhar sentido [...]”, é uma possibilidade de contribuir com a formação continuada de professores junto às escolas, bem como promover o desenvolvimento de projetos colaborativos com estratégias de ensino inovadoras.

Na compreensão e intervenção pedagógica da proposta metodológica pelo PUFV, para Zabala (2002) são propostas adotadas para conduzir nas etapas e tornar o trabalho dinâmico e sequencial, com planejamento e desenvolvimento nos componentes da proposta, como mostrado no quadro 3.

Quadro 3: Fases de intervenção pedagógica do PUFV

1- Fase de Motivação - neste momento não há entendimento do saber.	Nesta fase da expedição investigativa a proposta é apresentada para delinear o propósito a ser pesquisado, assim, utilizam-se alguns instrumentos para envolver os alunos na proposta a ser desenvolvida. (filmes, textos, pesquisas on-line, fotos, exposições).
2- Escolha do projeto de estudo – processo de análise, através da identificação e explicação das questões pretendidas para a compreensão e intervenção da realidade.	Nessa etapa, é a fase onde os alunos identificam as perguntas e os questionamentos dos problemas que buscam a seu saber, de acordo com o interesse da pesquisa.
3- Análise das questões de estudo – índice formativo, com a delimitação do propósito em estudo.	Nesta etapa, é o início da seleção das questões considerando as determinadas exigências de aprendizagens, inseridas no plano de estudo.
4- Delimitação do objeto de estudo – instrumentos conceituais e metodológicos do estudo.	Nesta fase, é pertinente o conhecimento do professor, sobre o assunto a ser abordado, para envolver outros componentes curriculares.
5- Identificação das estratégias – envolvimento dos saberes disciplinares envolvidos no conhecimento parcial.	Nesta fase, inicia o processo individual de cada componente curricular, de forma aproximada ao método tradicional de ensino, mas entrelaçado no ponto inicial do assunto a ser pesquisado, na fundamentação de conhecimento.

6- Conclusões – integração das diferentes contribuições e reconstruções dos saberes.	Nesta fase, é fundamental analisar o que foi aprendido, no desenvolvimento como um todo, integrando os diferentes componentes curriculares propostos na pesquisa, assim rompendo a fragmentação do conhecimento.
7- Visão global e ampliada – avaliação do processo e dos resultados	Nesta fase, após a análise das contribuições dos componentes curriculares, é o momento de um olhar ampliado, sobre os conhecimentos adquiridos no contexto em estudo.

Fonte: Elaboração própria (2020), adaptado por Ricardo Casco <http://auniaofazavida.com.br/assessorpedagogico_ficharios>.

Nesse contexto, compreendem-se as fases de intervenção estabelecidas pela metodologia adotada do PUFV, numa proposta onde o conhecimento deve ser contextualizado entre os componentes curriculares. Sendo que, a intervenção e contribuição da assessoria pedagógica são fundamentais no processo educativo, possibilitando que os sujeitos atribuam seu planejamento pedagógico do currículo escolar e estimulem proposta desenvolvida por uma educação cooperativa e compor nas práticas educativas.

Nesta abordagem de ensino, se constitui o desenvolvimento da proposta pedagógica e metodológica aplicada pelo PUFV, por meio de projetos nas instituições escolares de Educação Básica, que passa a ser explicada nas fases do processo próprio do currículo, articulação entre o mesmo e a expedição investigativa. Para tal, os territórios de aprendizagem, projetos de trabalhos cooperativos, se entrelaçam entre o diálogo e aprendizagem, para desenvolver uma proposta de cidadão cooperativo. Para identificar as fases da metodologia à pesquisa abordada, na Figura 4.

Figura 4: Fases da metodologia do PUFV



Fonte: Elaboração própria (2020), informações do site www.auniaofazavida.com.br/metodologia.html

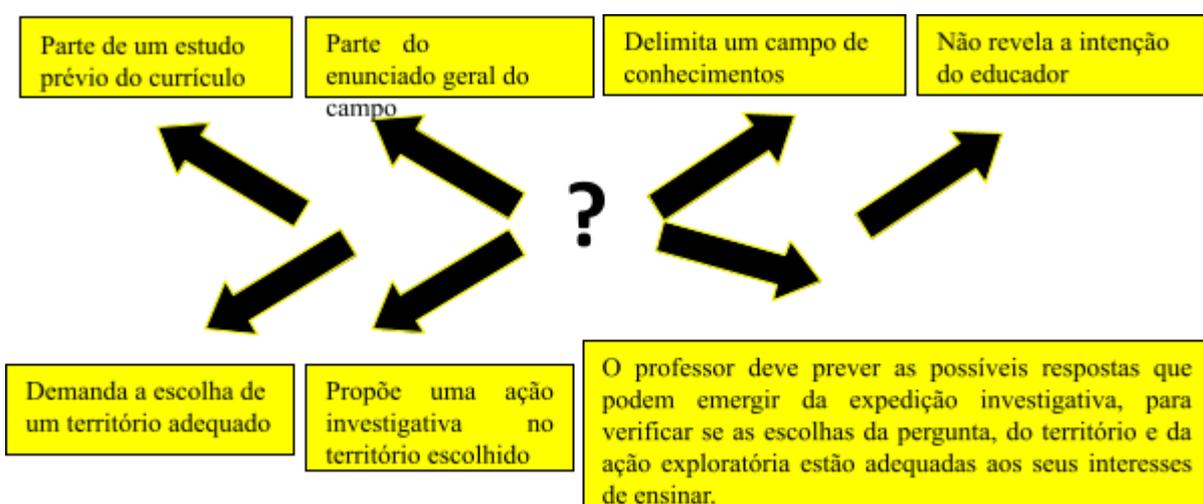
Na fase do currículo, envolvem os componentes curriculares, que passa por uma investigação articulada aos saberes constituído entre os sujeitos, as vivências e experiências culturais e sociais que os envolvidos trazem junto numa relação de trocas entre seus pares, ao relacionado à escola e a comunidade escolar, em seu entorno. Nesse contexto, os projetos de ensino são constituídos e elaborados no currículo escolar, na qual, torna-se necessário uma

articulação entre o conhecimento e as experiências vividas no meio social, direcionando a proposta pedagógica, de modo, a contextualizar o processo de ensino e aprendizagem de forma efetiva.

Na fase de articulação entre o currículo, a expedição investigativa e o trabalho com projetos se dão com a formulação da pergunta exploratória, é o momento que o professor deve explorar o conhecimento prévio dos seus alunos, sobre o assunto a ser investigado, com os conhecimentos específicos previstos no currículo escolar.

A ideia é que o professor crie uma pergunta ou um problema exploratório, para auxiliar os alunos na elaboração da mesma, nesse momento é o contato com o assunto a ser pesquisado. Seguem alguns critérios para organizar a pergunta investigativa, apresentados na Figura 5.

Figura 5: Indicadores que auxiliam a construção da pergunta exploratória



Fonte: Elaboração própria (2020) com dados pelo < <http://www.auniaofazavida.com.br/>>.

Nesse momento, a pergunta norteadora para ser desenvolvida na proposta de trabalho no projeto cooperativo, na expedição investigativa, deve ser realizada pelo professor e estar entrelaçada no plano pedagógico, dos quais, se constituem derivados através dos projetos, mas com o interesse dos alunos pelo conhecimento, para tal proposta. Nesse tipo de metodologia aplicada, é fundamental que o professor conheça, previamente, o campo investigativo (território) a serem exploradas, suas potencialidades de aprendizagens e a construção da pergunta exploratória, seja objeto de reflexão para o alcance da proposta e objetivo da investigação, para uma prática efetiva.

Sendo assim, para se constituir uma proposta de projeto, o professor delimita uma busca de temas geradores nas expedições junto aos alunos, devendo instigar e identificar não somente os problemas, carências e fragilidades nas comunidades, mas também, das potencialidades que envolvem o contorno desses espaços territorial. Na qual, percebe-se o

objetivo real e concreto na subjetividade, nas lembranças, nos desejos e na memória das pessoas e da comunidade.

Nessa situação, o professor propõe desafios para os alunos, como uma metodologia alternativa para que os alunos possam apoiar de modo significativo seus conhecimentos envolvendo e promovendo a socialização e a construção de novos saberes, entre os sujeitos envolvidos. Para Hernández e Ventura (1998), os projetos permitem a realização do trabalho em grupo, com distribuição de tarefas e responsabilidades, possibilitando oportunidades para desenvolver a cooperação e a troca de experiência entre os estudantes, mobilizando uma ação investigativa e a escolha do tema mais significativo.

No final das atividades desenvolvidas pela proposta do projeto de trabalho cooperativo, desenvolve a culminância e a troca de experiências entre os sujeitos envolvidos no processo, incluindo alunos, professores, comunidade escolar, família, agentes sociais e autoridades públicas do município. Nesse momento, ao fazer essa troca de experiências e aprendizado, o aluno torna-se o protagonista, nesta proposta de trabalho.

O desenvolvimento das etapas do projeto é constituído através de componentes curriculares pedagógicos em diferentes realidades, nos níveis de ensino nas instituições escolares da Educação Básica, nos municípios e estados.

3.3 - Assessoria do PUFV na instituição escolar

Nesse contexto a assessoria é constituída como um gestor social construindo a sua história e norteando o contexto às necessidades, na qual está inserida ao mundo de forma globalizada, ao fato “[...] de se basear nos planos e nas intenções individuais e de grupos, mas recorrendo habitualmente à orientação do educador”, (KATZ; CHARD, 1997, p. 20). A educação é de forma dialética intencionada para a transformação social e a escola tem a missão de desenvolver um sujeito reflexivo sobre a sua realidade, estimulando o desejo de continuar aprendendo na sua caminhada existencial. Assim, iniciam o processo de interação e integração na instituição escolar, com o seguinte planejamento e desenvolvimento das atividades educativas.

- Organizar a proposta do PUFV na metodologia de projetos, junto com a coordenação da instituição escolar, professores, para as etapas de trabalho;

- Acompanhar o desenvolvimento das etapas didáticas e metodológicas do projeto, relacionados ao plano curricular da Educação Básica;

- Assessorar a direção no planejamento dos encontros pedagógicos, como forma de discutir e orientar as práticas e as rotinas pedagógicas;

- Estimular a coordenação institucional, para buscar meios para que os projetos sejam oriundos das salas de aulas e envolver a comunidade do município no processo de ensino.

- Fomentar junto à coordenação pedagógica e professores participantes do PUFV de envolver a comunidade escolar e a família para desenvolver vínculos interativos, entre todos;

- Promover a exposição dos projetos desenvolvidos através da mostra pedagógica, envolvendo a comunidade escolar e município;
- Promover a formação continuada de professores, em parceria com a gestão da escola contribuindo para a qualidade do ensino.
- Propor, junto à coordenação da instituição escolar, estratégias de ensino;
- Orientar, a coordenação pedagógica das escolas públicas do RS, em parceria com o PUFV, a reunião de capacitação do programa envolvendo a participação da gestão e professores, planejados pela coordenação da Fundação.

3.4 - Assessoria do PUFV no trabalho docente

Nessa perspectiva, a assessoria pedagógica do PUFV junto ao trabalho docente, elabora um planejamento pedagógico aliando as ações das atividades do projeto, ao cotidiano do fazer educativo, junto aos sujeitos envolvidos no processo, para serem desenvolvidos os projetos de trabalho cooperativo, em culminância com outro componente curricular afim. Para Hernández (2008), inicia-se um processo de integração em um projeto de trabalho, entre os sujeitos envolvidos, quando participam do processo de criação, procurando respostas e buscando soluções. Assim, nas atribuições da assessoria do PUFV junto ao professor:

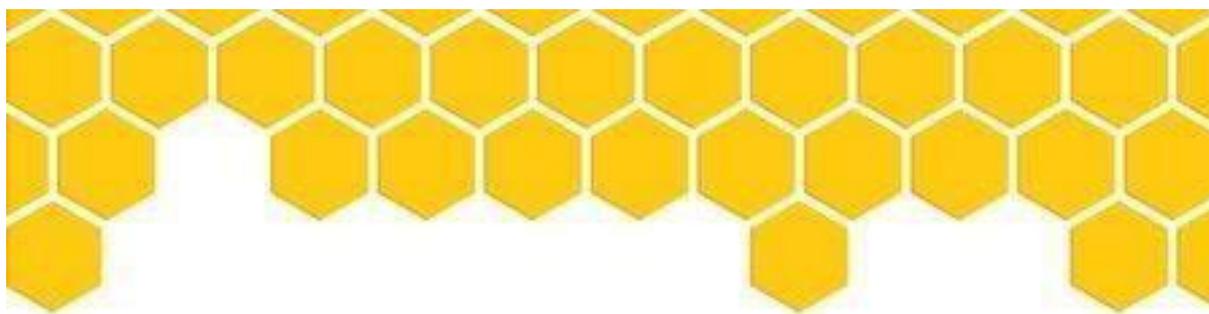
- Acolher os professores integrantes, em parceria com o programa do PUFV, promovendo a ambientação na etapa dos trabalhos a serem desenvolvidos;
- Incentivar os professores, a desenvolver os projetos do PUFV;
- Assessorar os professores engajados na proposta do PUFV, com atendimentos por áreas a fim, para promover a interdisciplinaridade entre pares, com base no projeto pedagógico da escola;
- Alinhar o planejamento do PUFV com o projeto pedagógico, regimento escolar, organização didática e metodológica, adequando a proposta individual de cada escola, no contexto cultural e socioeducacional.
- Realizar atendimento de assessoria junto aos professores de forma individualizada, para planejar a construção dos assuntos a serem abordados, de acordo, com o planejamento pedagógico;
- Planejar atividades junto aos professores, para diagnóstico da realidade dos alunos e planejamento de novos projetos de ensino;
- Assessorar os professores na elaboração de projetos didáticos pedagógicos, em conformidade a proposta do PUFV;
- Orientar os professores, acerca da importância de uma rotina individual de estudos para o crescimento de forma integral;

- Estimular e/ou promover, em parceria com as Coordenações de projetos/ações de apoio à aprendizagem;

- Realizar mapeamento e relatórios no site do PUFV, das atividades desenvolvidas através dos projetos;

-Promover a formação continuada de professores para integrá-los, promovendo a formação sobre temáticas educativas relevantes ao acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos;

- Assessorar os/as docentes na escolha dos materiais necessários ao processo de ensino-aprendizagem, incentivando o uso de práticas de ensino inovadoras e os recursos tecnológicos.



4 - ASSESSORIA DO PUFV NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Nas últimas décadas, no cenário de modernidade e globalização, a sociedade passou por mudanças inevitáveis com interferência no campo social e econômico, passando a afetar a vida dos cidadãos no contexto educacional. Diante dessa situação, os especialistas da área acreditam que para obter uma educação de qualidade é fundamental que os profissionais aprimorem seus conhecimentos constantemente e estejam dispostos a aceitar a inovação. Para tal, precisamos vincular essas mudanças e fazer ajustes para atender às exigências que acontecem no âmbito da educação, por conta da era globalizada.

Nessa perspectiva, buscamos “uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica e consciente da necessidade de mudanças na sociedade brasileira” (BRZEZINSKI apud HYPOLITTO, 2007, p. 1). Frente a essas exigências os profissionais estão se adaptando ao uso de novos recursos técnicos, tornando-se um desafio na prática docente, na qual, passou a desenvolver e acumular funções que não eram suas, até recentemente.

Nesse caso, determinar a importância da formação continuada para os profissionais da educação, pois se trata de um momento reservado e valioso para refletir e analisar o processo de ensino que estão se constituindo para que possam vivenciar mudanças e se adaptar ao seu comportamento e adotar novos conhecimentos metodológicos do processo educacional. Mas a formação é própria para constituir a coletividade e dinamismo no processo de ensino na perspectiva de trazer sugestões pedagógicas e não para participar nas condições obrigatórias.

A pesquisa foi estabelecida pela análise da proposta metodológica do PUFV e das implicações que dela resultam na formação do cidadão, pautadas no objetivo principal adotada pelo programa que é [...] construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional (SICREDI, 2008a, p.7).

Como forma de cooperação para aprimorar as propostas de assessoria pedagógica nas instituições escolares atendidas pelo PUFV, pelo viés de práticas de cidadania cooperativa pautadas na particularidade às práticas de educação cooperativa, na qual possibilita analisar os indicadores constituídos a partir de uma investigação. Para tal, possibilita uma reflexão na perspectiva de novas estratégias para melhorar e qualificar o processo educacional busca-se a assessoria pedagógica como articulador e mediador a aplicabilidade da metodologia adotada

pelo PUFV, para apresentar e explicar a trajetória metodológica do trabalho docente que constitui na adaptação ao novo processo de ensino e, após em contínua análise e reflexão das suas práticas educativas.

Para Zabala (2002, p. 145), “[...] é preciso buscar nas diferentes fontes do saber os meios mais apropriados para responder a eles”, nas quais, dá possibilidade de inserir outros componentes curriculares no contexto social, assim, será iniciada a construção da proposta desenvolvida pelo planejamento pedagógico do PUFV. Tal sugestão é digna de reconhecimento, sendo considerada a particularidade de cada sujeito, levando em conta suas potencialidades e fragilidades, o próprio interesse e conhecimento na trajetória de aprendizagem e compreensão individual.

Para que a metodologia do PUFV seja significativa, o assessor pedagógico deve ter o conhecimento necessário na trajetória de aprendizagem, para desenvolver o trabalho aplicado e implicado como proposta de ensino nas instituições escolares pela via do terceiro setor na perspectiva de assessoria pedagógica. Com base na temática sobre assessoria pedagógica, aponta-se que uma das atribuições do assessor é intervir na formação continuada dos professores. Sendo assim,

As assessorias pedagógicas são espaços especificamente dedicados à problemática da formação e do ensino nas instituições de educação. São núcleos de assessoramento pedagógico que, considerando as demandas e idiosincrasias do contexto em que se estabelecem, auxiliam o educador na construção da sua identidade profissional e em sua prática de ensinar (BARREIRO, 2014, p. 1813).

O trabalho desenvolvido pela assessoria pedagógica está inserido nas políticas públicas da educação, nas quais, se busca uma proposta de formação continuada de professores envolvendo os sujeitos, de forma colaborativa e participativa com participação ativa. Determinar a importância da formação continuada para os profissionais da educação se trata de um momento reservado e valioso para refletir e analisar o processo de ensino que está se constituindo para que possam vivenciar mudanças e se adaptar ao seu comportamento e adotar novos conhecimentos metodológicos do processo educacional.

Para que a assessoria desempenhe suas funções no processo educacional, é necessário esclarecer os conceitos de ensino, didáticos e metodológicos para colocar em prática os princípios da teoria-prática, sendo,

[...] uma situação de grupo onde há um alto grau de interação e coletividade, baseada no reconhecimento mútuo e na confiança; · ser uma situação que se consolida no grupo como exercício de ações, onde a chave se encontra no desejo de trabalhar com sujeitos em contextos da realidade e não da ficção; · ser uma situação que prevê inicialmente, momentos especiais e, em seguida, aparecer como uma dimensão contínua, reflexão e análise da ação com todos os seus significados, promovendo uma análise da realidade do grupo, seus membros, comunidade institucional e social, segmentos estes que estão imbricados; · ser uma situação que reflete um compromisso de mútua confidencialidade acerca das informações obtidas sobre a intimidade dos outros, refletindo e compreendendo os sujeitos fora do tempo de trabalho comum (LUCARELLI, 2004, p. 17-18).

Nessa situação, se estabelece a importância da comunicação entre os diversos setores no âmbito educativo, essas trocas são realizadas através de ações participativas entre os sujeitos envolvidos no processo, que motivam a integração e se baseiam na formação realizada com análise reflexiva e dialógica. Percebe-se ainda, a importância do ensino para aprimorar e desenvolver o trabalho coletivo e de movimento, que é um processo de interação entre pares. Importante desenvolver o perfil³ do assessor pedagógico com conhecimentos específicos seja orientado e qualificado, para desempenhar a função proposta pela instituição, na qual está designado a contribuir com o trabalho em ambiente educacional.

Segundo, Andrade et al. (2017), a assessoria pedagógica precisa desenvolver algumas aptidões profissionais, para realizar seu trabalho de assessoria construtiva, pois se tornou o mediador do relacionamento entre todos os sujeitos e instituições envolvidas e entre organizações parceiras para auxiliar no mecanismo de educação em ações conjuntas. Para Alarcão (2008), “[...] é preciso vencer inércias, é preciso vontade e persistência e fazer um esforço grande para passar do nível descritivo para o nível em que se buscam interpretações articuladas e justificadas”.

Para tal, a comunicação é parte imprescindível da construção do diálogo e da prática comunicativa, o que significa compreender o outro e a si mesmo na troca de experiências e interação de saberes, envolvendo os sujeitos no contexto educacional. Deve estabelecer um planejamento didático-metodológico proposto ao trabalho do professor, para aproveitamento de tempo, espaço de trabalho, criatividade e flexibilidade, para atender às demandas sugeridas pelos professores.

Sendo assim, tanto o assessor pedagógico do PUFV quanto a coordenação da instituição escolar, irão desenvolver um planejamento de ação conjunta de ensino, estabelecida para melhorar a qualidade do fazer educativo. Esse momento é importante, porque é a base inicial da nova proposta didática e pedagógica educativa.

4.1 - Formação continuada pela assessoria do PUFV: na instituição escolar

É designado um assessor pedagógico para a escola, que acompanhará ao longo do ano letivo, para planejar e realizar processos formativos iniciais junto aos profissionais educacionais, nas instituições escolares. A assessoria de desenvolvimento de cooperativismo do sistema Sicredi, torna-se responsável pelo planejamento dos cursos de capacitação, pelo acompanhamento dos projetos desenvolvidos pelos educadores e alunos e pelo apoio contínuo aos profissionais educacionais das escolas. As ações estratégicas para o desenvolvimento do Programa em cada município, onde atuam. São construídos em parceria com a gestão da escola, que norteará as ações de formação continuada ao longo do ano. Sendo assim, cada escola tem um plano personalizado. Como parte do plano, alguns temas serão necessários, tais como:

³ Dutra (2008) considera que o perfil definido para abranger o profissional deve ser definido pela pessoa selecionada e pelo espaço ocupacional da pessoa dentro da organização.

- proposta pedagógica do PUFV para cada segmento;
- estrutura, recursos e dicas de uso do material didático digital;
- metodologias para o aperfeiçoamento da relação ensino-aprendizagem;
- desenvolvimento de competências sócio emocionais;
- aprendizagem significativa;
- criação e desenvolvimento de projetos.
- Jornada Pedagógica para a assessoria do PUFV: acontece no decorrer do ano letivo curso de formação para os assessores, com o objetivo de capacitá-los e motivá-los, além de fomentar as trocas de experiências e relacionar todos os envolvidos.

As ações de formação são desenvolvidas com foco em cada segmento, contemplam tanto o formato presencial, quanto o virtual (através de ferramentas de plataformas de atividades remotas), valendo-se, assim, do modelo de formação híbrida, tanto síncrona quanto assíncrona. Apesar de designarmos um assessor específico para acompanhar a escola, formada por educadores com experiências, formações e expertises diversas. Para além dos atendimentos presenciais definidos pela Fundação, a Assessoria realiza atendimento remotamente para o suporte quanto a dúvidas, informações e dicas, fortalecendo o relacionamento com a escola.

É preciso articular uma proposta de ensino, vivenciados no cotidiano de trabalho da escola e discutir ações e comportamentos no coletivo, para avançar na construção da educação (BRASIL, 2006). Nesse cenário, o coordenador pedagógico assume o compromisso e a responsabilidade pela formação continuada de professores no próprio ambiente escolar, e considera que se trata de um processo permanente de reflexão sobre as práticas e as rotinas pedagógicas e recomenda a mediação entre os profissionais docentes sobre o processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, a importância e o compromisso desse profissional ao assumir uma função de coordenação pedagógica, exige articulação de ideias e ações no processo educativo.

No Quadro 4, são expostas as atribuições do coordenador pedagógico, mediante os desafios constantes na instituição escolar.

Quadro 4 – Atribuições da Coordenação Pedagógica

Atribuições do Coordenador Pedagógico	
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar a sua rotina de trabalho; - Planejar o Plano de Formação Continuada da Escola; - Planejar momentos de estudos para aprofundamento teórico das temáticas a serem trabalhadas; - Planejamento didático-pedagógico junto ao corpo docente;
Articular	<ul style="list-style-type: none"> - Cuidar dos aspectos organizacionais do ensino: coordenar reuniões pedagógicas; elaboração do horário escolar; organização das turmas; distribuição de professores;

	<p>organização e conservação de material e equipamentos didáticos; planejamento e coordenação do Conselho de Classe.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suporte nas práticas de organização e gestão, implicando exercício de liderança, criação e desenvolvimento de ambiente de trabalho cooperativo, gestão das relações interpessoais, ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores; - Desenvolver atividades que promovam a ampliação cultural da equipe escolar. - Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que surgem. - Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem constantemente em relação ao exercício profissional; - Manter uma relação na formação do corpo docente de forma harmoniosa no ambiente escolar. - Promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo.
Mediador	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a inter-relação entre projetos didáticos e acompanhar o processo avaliativo. - Ser o mediador na construção dos saberes e estabelecer relações interpessoais entre todos os sujeitos que desempenham o fazer pedagógico, refletindo e construindo ações coletivas. - Discutir metas e ações do Plano de Desenvolvimento da Escola;
Execução e/ou Construção	<ul style="list-style-type: none"> - Ações permanentes: acompanhamento das entradas; atendimento aos professores; atendimento aos pais e responsáveis; análise para atividades xerox; - Organizar o Plano de Ação da Escola; - Construir o calendário anual de atividades. - Organizar reuniões e encontros para formação continuada, conforme análise das rotinas pedagógicas envolvendo todos os componentes educativos nos processos de ensino e aprendizagem. - Executar e avaliar o processo formativo desenvolvido; - Construir junto aos professores novos processos e ações no contexto educativo.
Coordenar	<ul style="list-style-type: none"> - Direcionar suas ações junto aos professores na construção do PPP da escola e exercer o seu trabalho de forma coletiva, envolvendo todos os sujeitos da escola. - Coordenação de todas as ações pedagógicas, curriculares, didáticas e organizacionais, relacionadas com o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. - Ações de integração dos alunos na vida da escola e da sala de aula, bem como trabalho com as famílias e a comunidade, requerendo-se a compreensão e análise dos aspectos socioculturais e institucionais que impregnam a escola.
Acompanhar	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar o professor nas suas atividades de planejamento, docência e avaliação. - Auxiliar os alunos no processo de aprendizagem e buscar apoio à comunidade escolar e setores competentes. - Dar assistência didática pedagógica e refletir sobre as práticas de ensino, além de manter a parceria junto à família, alunos e direção. - Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do projeto pedagógico-curricular e dos planos de ensino, da atuação do corpo docente, da aprendizagem dos alunos.

Fonte: Elaboração própria (2020), adaptado por Andrade et al. (2017)

Percebe-se que as responsabilidades da coordenação pedagógica estão inseridas nos diversos campos educacionais e atividades junto ao corpo docente, nas quais constituem a função da coordenação do sistema educacional.

Sendo assim, tanto a coordenação da instituição escolar, quanto à assessoria pedagógica que trabalha com a escola, irão desenvolver um planejamento de ação conjunta de ensino, estabelecida para melhorar a qualidade do fazer educativo. Esse momento é importante, porque é a base inicial da nova proposta didática e pedagógica de ensino. Para

Alarcão (2008), “[...] é preciso vencer inércias, é preciso vontade e persistência e fazer um esforço grande para passar do nível descritivo para o nível em que se buscam interpretações articuladas e justificadas”.

Entende-se que o sucesso de uma parceria está no relacionamento, em conhecer e ser conhecido. Por isso, desde o princípio, os esforços para conhecer a realidade da escola e seu contexto, fazer propostas e provocações que objetivem potencializar aquilo que é parte integrante da cultura e da crença de cada escola.

4.2 - Gestão democrática na educação

A gestão democrática no âmbito da educação vem mostrando possibilidades de avanço democrático a partir de políticas educacionais numa prática reflexiva na participação e na concepção de que a gestão seja capaz de constituir-se mediante processos de aprendizagem constantes. No nosso país é um processo que vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, fazendo parte da luta dos educadores. Sendo este, um assunto que gera inquietações e está muito presente em estudos, principalmente no âmbito da política e da legislação na área educacional. Medeiros et al. (2006, p. 2) comunicam que a gestão democrática da educação:

[...] está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiam processos de participação social: na formulação de políticas educacionais; na determinação de objetivos e fins da educação; no planejamento; nas tomadas de decisão; na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimentos; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação.

De acordo com as autoras, esses processos devem proporcionar e sensibilizar os sujeitos implicados no espaço das políticas educacionais, envolvendo todo o sistema de ensino. Assim, a partir da LDBEN nº 9394/1996 a gestão democrática passou a estar inserida e gestada pelos profissionais nas práticas educacionais, envolvendo também a comunidade educacional e abrindo caminho para uma educação com mais igualdade.

Para Vieira (2006, p. 12) “a gestão democrática é um dos temas mais discutidos entre os educadores, representando importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola [...]”. Assim, a gestão democrática se apresenta nos parâmetros das políticas da educação, como tema gerador em discussão entre os profissionais da área educacional, estabelecendo através da LDBEN e da constituição de 1988, como um de seus fundamentos, sucedendo uma movimentação para que os processos escolares fossem compreendidos através dos princípios da constituição, nos parâmetros curriculares sob uma visão democrática no decorrer das práticas educacionais.

Nessa perspectiva, a gestão democrática da educação, segundo Cury (2007, p. 12) é apontada como um “[...] processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática [...]”. Aponta-se no

contexto brasileiro uma especificidade, com o processo de abertura política, após longa ditadura, a luta pela democratização passou também a ser vista pela sociedade para ter mais transparência, autonomia e participação.

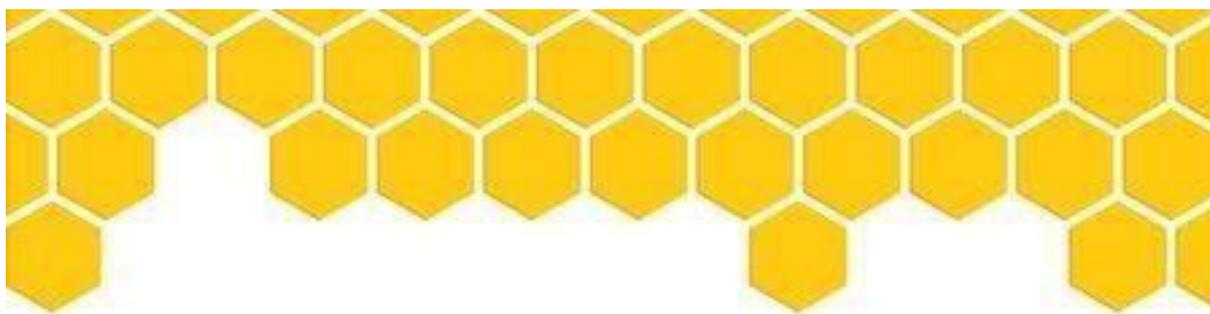
Entretanto, Peroni et al. (2014, p. 186) consideram “[...] que a gestão democrática na educação é parte do projeto de construção da democratização da sociedade brasileira e não simplesmente uma mudança na forma de gestão [...]”. Logo, a gestão democrática precisa estar em constante processo de construção e não somente leis de forma acabada, pelo fato principal de envolvermos pessoas em desenvolvimento.

Diante disso, os assuntos abordados pela Constituição Federal 1988 (CF) sobre a gestão democrática na educação, o texto autêntico traz no Art. 206: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei [...]” (BRASIL, 1988). Nesse contexto legal de novos parâmetros na constituição, abre-se espaço para promover a implantação da LDBEN nº 9394/1996 ancorada em princípios constitucionais de gestão democrática.

No sistema da educação, a Constituição Federal de 1988 refere-se ao início da implantação para uma gestão democrática, com o viés sob os princípios de autonomia e igualdade, proporcionando a forma de trabalho coletivo e abrindo espaço para envolver a comunidade escolar. A partir da LDBEN nº 9394/1996, na forma da lei a gestão democrática passa a ser inserida no sistema de ensino público, mas também, passando para aprovação dos organismos nos Estados, Distrito Federal (DF) e os municípios das normas e regras específicas para a gestão democrática em seus sistemas de ensino na educação básica. Nesse contexto, passa a dar autonomia na gestão pedagógica, administrativa e financeira, mas passando pela análise e aprovação pelas políticas públicas no poder público.

Acredita-se que a gestão democrática está fundamentada no preceito de atitudes e ações que tenciona a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é apontada como sujeito ativo em todo o sistema da gestão, contribuindo em todas as decisões da escola. Diante de uma gestão democrática envolvendo a participação de todos junto à comunidade escolar, a coletividade e a transparência junto ao meio social, para atender todas as tomadas de decisão, onde a gestão escolar possa desempenhar com autonomia e protagonismo no ambiente escolar.

Assim, é fundamental que cada um desses sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel enquanto participante da comunidade escolar, para que juntos possam contribuir significativamente de forma na abrangência de um ensino de qualidade e eficaz na vida de todos que nela estão inseridos, num contexto regional e sócio cultural.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, I; TAVARES, J. **Supervisão da prática pedagógica: Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem.** [S.l.: s.n.], 2008. 2 v.
- ANDRADE, C. M. de S.; ALMEIDA, L. R. de; LINHARES, C. As implicações do fazer pedagógico do professor assessor numa perspectiva de gestão compartilhada. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PESSOA ADULTA, SAÚDE E EDUCAÇÃO, 4, 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2017.
- BARREIRO, M. S.; LAGO DE MIRANDA, D. **Assessorias pedagógicas como espaço formativo de professores: resultados parciais de pesquisa realizada em uma universidade pública brasileira.** 2014.
- BORGES, T. S.; ALENCAR, G. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**, ano 03, n. 04, p. 119-143, jul./ago. 2014. ISSN 22377719.
- BRASIL. (Constituição 1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Proposta Preliminar, segunda versão revista.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN.** Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 22 out. 2019.
- BRASIL. **Projeto de Lei n. 8.035/2010.** Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Brasília, DF: Projeto Executivo, 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=49011> acesso em: jul. 2019.
- CARDOSO, I; BATISTA, P.; GRAÇA, A. Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada. **Sociologia**, v. 32, p. 125-145, 2016.

COELHO, J. C. **Processos Formativos na Direção Da Educação Transformadora: temas-dobradiça como contribuição para abordagem temática.** 2010. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBPAAE). V. 23, n.3, 2007. p. 483-495. Porto Alegre: ANPAE, 2007.

GUTIERREZ, A. et al. Produção de análise de conteúdo e atividades de álcool etílico oxidase e desidrogenase em fungos ligninolíticos do gênero pleurotus. **Microbiologia aplicada e ambiental**, v. 60, n. 6, p. 1783-1788, 1994.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** [S.l.]: Artmed Editora, 2010.

LUCARELLI, E. Las asesorías pedagógicas universitarias en la Argentina. **Educación em Revista**, n. 57, p. 99-113, 2015.

MASETTO, M. T. **Docência universitária: repensando a aula.** v. 2, p. 79-108, 2003.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica/ à prática de fichamentos, resenhas e resumos.** 8 ed.- São Paulo: Atlas 2006.

MILEO, T. R.; KOGUT, M. C. A importância da formação continuada do professor de educação física e a influência na prática pedagógica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: EDUCERE, 2009. p. 4943-4952.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** [S.l.]: Papyrus Editora, 2007.

PACHECO, J. A.; SOUSA, J. R. F. Lei de Bases do Sistema Educativo: do passado a um futuro olhar curricular. **Revista Elo**, n. 23, p. 89-98, 2016.

PADILHA, K. G. Ocorrências iatrogênicas na UTI e o enfoque de qualidade. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 9, n. 5, p. 91-96, 2001.

PERONI, V.; CAETANO, R. **Relações entre o público e o privado na educação: Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco.** Trabalho apresentado na ANPAE Sudeste, 2014.

PINHEIRO, J. da S. **O Terceiro setor e interfaces na gestão educacional: uma análise a partir do estado do conhecimento.** (Curso de Especialização em Gestão Educacional) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIEIRA, S. L. **Educação e Gestão: extraindo significados da base legal.** In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedrosa de. (orgs). **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar.** Porto Alegre: Artumed Editora, 2002.